

Turismo inclusivo: conceito vazio ou oportunidade de inovação em planejamento turístico?

MARTA DE AZEVEDO IRVING * [mirving@mandic.com.br]

CLAUDIA FRAGELLI ** [claudiafragelli@hotmail.com]

Resumo | O presente ensaio busca contribuir, preliminarmente, para o balizamento teórico sobre o tema do turismo inclusivo, tendo como partida duas questões norteadoras: em que contexto emerge a noção de turismo inclusivo e com base em que condições este pode se configurar como real oportunidade de inovação em planejamento turístico. Metodologicamente, esta reflexão foi construída a partir de leitura e análise bibliográfica e privilegiou a inspiração brasileira sobre o tema tratado. A pesquisa bibliográfica buscou ainda resgatar a cronologia e a base teórica dos antecedentes e contradições que inspiraram a origem do conceito de turismo inclusivo e apoiar os argumentos e hipóteses levantados. Pela via de análise adotada, a noção de turismo inclusivo não representa apenas mais um rótulo em substituição ao conceito de turismo sustentável. Significa sim, uma possibilidade de inovação conceitual que exige de governos prioridade política para a questão social e que implica mudança de comportamento e atitude ética, na sociedade. Mais do que inovação conceitual, a noção de turismo inclusivo, nos moldes defendidos, pode representar oportunidade de balizamento e inspiração para práticas sustentáveis em turismo.

Palavras-chave | Turismo inclusivo, Conceito, Planejamento turístico.

Abstract | The article aims to contribute, as a preliminary overview, to a theoretical reflection related to *inclusive tourism* based on two inspiring questions: in which context this notion arises and in which basis it can be understood as a real opportunity for innovation in tourism planning. Methodologically, this reflection was built based on bibliographical research having, as inspiration, the Brazilian context. The bibliographical research aimed as well to recover the chronological framework considering previous influences and contradictions that inspired the emergency of this notion in order to support the arguments and hypotheses discussed. By means of this analysis, the notion of inclusive tourism is not only a label to replace the concept of sustainable tourism. It means a real possibility of conceptual innovation that will demand from governments the definition of clear priorities concerned to the social issues involved which, in turn, implies behaviour changes and ethical attitudes in society. And more than a conceptual innovation, the notion of inclusive tourism, based on the arguments discussed, can represent an opportunity of evaluation and inspiration for sustainable practices in tourism.

Keywords | Inclusive tourism, Concept, Touristic planning.

* **Pós-doutorada** no *Muséum National d'Histoire Naturelle* e na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, **Doutorada em Oceanografia** pela Universidade de São Paulo, **Professora Doutora** e **Pesquisadora** do Programa EICOS/IP e do PPED/IE/UFRJ e do INCT-PPED/CNPq.

** **Mestre em Psicossociologia e Ecologia Social** pelo Programa EICOS/UFRJ, **Bacharel em Turismo** (FACHA), Especialista em Gestão Ambiental (EE/UFRJ), **Professora** e **pesquisadora** da Coordenadoria de Turismo do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ e do GAPI/CNPq.

1. Introduzindo o tema

As diversas noções de turismo designado como “sustentável”, “responsável” e/ou “inclusivo” ou ainda aquelas baseadas nos pressupostos de sustentabilidade socioambiental emergem, na contemporaneidade, como alternativas possíveis para a potencialização dos processos de conservação da natureza e, também, como oportunidade para a inclusão cidadã das populações residentes em lugares turísticos, aos processos de planejamento e desenvolvimento turísticos.

No entanto, são ainda limitados os estudos e pesquisas capazes de interpretar o “Estado da Arte”, com relação ao desenvolvimento do turismo, em sua articulação com os compromissos de inclusão social, prioridade dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e da Rio+20, evento internacional organizado pela ONU, no Rio de Janeiro em 2012, cuja temática central é expressa como “Economia Verde e Combate à Pobreza”.

E, este tipo de reflexão, para além de seu impacto nas discussões globais, é também essencial em planejamento turístico e para a consolidação de políticas públicas de turismo, até recentemente orientadas apenas pela vertente econômica e as prioridades de mercado e, em geral, dissociadas de uma perspectiva estratégica de desenvolvimento regional, em médio e longo prazos.

Para contextualizar a discussão proposta, neste ensaio, o turismo é entendido não apenas como vetor econômico em uma economia de mercado, mas como alternativa potencial e inovadora para a transformação social. E, considerado este enfoque norteador do trabalho, se parte do pressuposto que o turismo pode representar uma via estratégica possível para a melhoria de qualidade de vida das populações envolvidas. Mas, para que isso ocorra, é necessário, inicialmente, que este seja incorporado pela gestão pública, também a partir de uma abordagem audaciosa, sintonizada com o compromisso de assegurar não apenas a melhoria de qualidade de vida das populações envolvidas, mas também

a sua participação cidadã no processo. Com esta inspiração, o presente ensaio busca contribuir, preliminarmente, para o balizamento teórico sobre o tema, tendo como partida duas questões: a) Em que contexto emerge a noção de turismo inclusivo? e b) Com base em que condições este pode se configurar como real oportunidade de inovação em planejamento turístico?

Metodologicamente, esta reflexão foi construída a partir de leitura e análise bibliográfica e privilegiou a inspiração brasileira sobre o tema tratado. A pesquisa bibliográfica buscou ainda resgatar a cronologia e a base teórica dos antecedentes e contradições que inspiraram a origem do conceito de turismo inclusivo e apoiar os argumentos e hipóteses levantados, a seguir.

2. Uma retrospectiva conceitual para contextualizar a origem da noção de turismo inclusivo

Para que se possa entender a noção de *turismo inclusivo* como a resultante de um processo de discussão conceitual sobre turismo é fundamental que se resgate alguns dos conceitos norteadores nesta reflexão e como eles foram sendo re-significados, cronologicamente.

O ponto de partida para este resgate se refere à distinção entre os conceitos de deslocamento, viagens e turismo (Barreto, 2003) porque essas sutilezas orientam o debate e resultam também em novas reflexões, que por sua vez tendem a inspirar correções de rumo, em planejamento turístico. Para Barreto (2003), turismo envolve viagem e, como tal, requer deslocamento. E, por deslocamento entende-se o movimento de um indivíduo e/ou grupos humanos que implique uma alteração quanto à sua localização espacial. As viagens podem ser entendidas como um tipo específico de deslocamento que pressupõe um retorno ao ponto de origem. Evidentemente que estes conceitos são esclarecedores quan-

do se interpreta o turismo pela ótica do indivíduo ou ainda pela perspectiva do mercado mas, quando se examina a dimensão e alcance destes deslocamentos, no plano global, também sob o ponto de vista teórico, este enfoque passa a ser insuficiente e demanda ajustes.

Para que se entenda o argumento em construção, é importante que esta afirmação seja contextualizada a partir de dados concretos. Por exemplo, o World Travel and Tourism Council (WTTC, 2007), com base em uma pesquisa macro-econômica realizada em 2004 e que avaliou o impacto do setor de viagens e turismo em 174 economias nacionais, em todo o mundo, reafirmou que este constitui um dos principais setores econômicos do mundo e um dos que tem demonstrado maior crescimento, gerando 214,7 milhões de empregos e contribuindo com mais de 10,4% do PIB global. E de acordo com o Ministério do Turismo brasileiro (MTur, 2010a), a receita cambial gerada pelo turismo no mundo, em 2007, ultrapassou US\$ 856,0 bilhões. Na América do Sul, no mesmo ano, este valor superou US\$ 17,2 bilhões e, no Brasil, US\$ 5,0 bilhões.

Com relação ao número de turistas, os últimos anos tem registrado também um aumento progressivo. Com base na chegada de turistas internacionais, a América do Sul, em 2007, passou a receber 19,9 milhões de turistas, em comparação com apenas 13,5 milhões de turistas em 1997. O Brasil tem também sido alvo do incremento no número de turistas, que em 1997 era de apenas 2,9 milhões, passando este valor para 5,0 milhões, em 2007, ou quase duplicando no período de 10 anos, com expectativas para um crescimento maior.

Segundo o World Travel and Tourism Council (WTTC, 2007), o setor emprega aproximadamente 231 milhões de pessoas em todo o mundo e é responsável por mais de 10,4% de todo o PIB mundial e este impacto na economia tem sido crescente, desde então. Em 2010, o fluxo turístico internacional apresentou um crescimento de cerca de 7%, com desembarque internacional de 940 milhões de turistas, fazendo circular US\$ 919 bilhões no

mundo (UNWTO, 2011). No entanto, são inúmeros e infindáveis, na literatura especializada, os relatos de que o aumento das receitas provenientes do turismo, em poucas situações, gera, efetivamente, melhoria de qualidade de vida das populações afetadas, principalmente no contexto dos países da América do Sul, em grande maioria sujeitos a tensões sociais marcantes, resultantes de um processo histórico de concentração de renda. Por esta razão, estes dados e suas contradições ilustram, apenas parcialmente, a dimensão da complexidade envolvida em planejamento turístico, que transcende a perspectiva meramente operacional da gestão destes deslocamentos sob o enfoque do mercado, para uma noção estratégica, de alcance global.

Por esta via de análise, turismo, mais do que uma viagem que implique deslocamento e retorno ao local de origem, a partir de motivações que incluem, entre outras, a busca de lazer ou experiências não cotidianas, tem o sentido de um fenômeno complexo contemporâneo que, além de sua vertente econômica, tem profundas implicações sociais, ambientais, culturais e políticas. E, na produção deste fenômeno, turistas e populações locais, mais do que alvos da economia de mercado, são entendidos por suas inserções psicossociais e socioculturais e também como protagonistas de processo.

Assim, por pressuposto, esta interpretação pode ser entendida como inovação com relação às perspectivas conceituais convencionais sobre o turismo, em sua origem entendido como uma tentativa de controle do tempo livre das classes trabalhadoras, instituído através das conquistas trabalhistas relacionadas às transformações socioeconômicas e tecnológicas desencadeadas durante a Revolução Industrial (Camargo, 2003). Esta concepção contrasta também com o sentido de um mero setor de bens e serviços na economia de mercado ou no ideário moderno.

E ainda que não haja consenso sobre esta discussão conceitual, importantes elementos de reflexão foram sendo, gradualmente, agregados às inúmeras tentativas de se definir turismo e, em

anos recentes, a perspectiva social está no centro do debate. Mas a tendência não foi sempre a mesma, muito pelo contrário.

As primeiras propostas, com o objetivo de balizamento conceitual do turismo, apresentadas no século XX, enfatizavam, prioritariamente, os seus aspectos econômicos e de consumo ou estavam centradas no deslocamento da viagem e, em raras vezes, discutiam o papel do próprio turista ou das populações envolvidas, como elementos ativos do processo.

Schattenhofen apresenta, em 1911, uma das primeiras definições formais de turismo, na qual explicita o sentido de deslocamento impessoal e um viés econômico, uma vez que este tenderia a compreender:

“...todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado” (Schattenhofen, 1911, citado por Barreto, 2003: 9).

Posteriormente, nos anos vinte, a Escola de Berlim passa a considerar o turismo como deslocamento de pessoas para fora de seu lugar de residência (Glücksman, citado por Moesch, 2000: 10) ou ainda “conjunto de viagens cujo objetivo é o prazer ou motivos comerciais, profissionais ou análogos e durante os quais a ausência da residência habitual é temporal” (Bormann, citado por Ignarra, 2003: 12).

O foco econômico e o turista como sujeito imperceptível do processo ou apenas veículo de transferência econômica de um lugar a outro são também reafirmados por Norwal, em 1936, para o qual o turista é entendido como:

“... a pessoa que entra num país estrangeiro sem a intenção de fixar residência nele, ou de nele trabalhar regularmente, e que gasta naquele país de residência temporária, o dinheiro que ganhou em outro lugar” (Norwal, 1936, citado por Moesch, 2000: 11).

E, em 1937, no sentido de padronizar algumas das variáveis econômicas utilizadas em pesquisas sobre o turismo internacional, a Comissão Econômica da

Sociedade das Nações¹ consolidou a noção de turista como toda pessoa que viaja 24 horas ou mais por qualquer outro país distinto a sua residência habitual.

Mas em 1942, Hunziker e Krapf avançam nesta reflexão agregando a ela novos elementos e alcançando repercussão internacional, o que viabilizou que a proposta conceitual por eles desenvolvida fosse, posteriormente, adotada pela Associação Internacional de Especialistas na Ciência do Turismo, em 1952. Segundo esta perspectiva, turismo seria entendido como

“...o conjunto das relações e dos fenômenos² produzidos pelo deslocamento e permanência de pessoas fora do seu local de domicílio, sempre que ditos deslocamentos e permanência não estejam motivados por uma atividade lucrativa” (OMT, 1998: 43).

Esta conceituação inova e traz também ao debate uma possibilidade de interpretação dinâmica de processo, no qual as relações sociais, econômicas e culturais passam a ter significado.

E a partir da Segunda Guerra Mundial, os avanços tecnológicos, a popularização da aviação civil, o desenvolvimento da cultura de massa e, paralelamente, a internacionalização da economia no ocidente, impulsionaram o fluxo turístico mundial e influenciaram também a compreensão do turismo como fenômeno contemporâneo, de alcance econômico, mas também social e político no século XX.

Com este entendimento, mais recentemente, Fuster caracteriza o turismo como “de um lado, conjunto de turistas, de outro, os *fenômenos e as relações que essa massa produz em consequência de suas viagens*”³ (Fuster, 1971: 32). Mas não se pode esquecer que esta definição surgiu no auge

¹ Também conhecida como Liga das Nações, foi uma organização internacional, criada em 1919 pelas potências vencedoras da Primeira Guerra Mundial com objetivo de negociar um acordo de paz (Tratado de Versalhes). Fonte: Fundação Getúlio Vargas CPDOC/FGV, 2005.

² Grifos das autoras.

³ Livre tradução das autoras. “... por un lado, conjunto de turistas [...] por el otro, son los fenómenos y relaciones que esta masa produce a consecuencia de sus viajes.” (Fuster, 1971: 32) Grifos das autoras.

do chamado turismo de massa e atribui ao coletivo de turistas ("a massa"), o poder de gerar efeitos em seus deslocamentos nos locais visitados. Para Fuster (1971) turismo pode também ser interpretado mediante as suas consequências para as populações receptoras no seguinte enunciado:

"... todo equipamento receptivo de hotéis, agências de viagem, transportes, espetáculos, guias... [e também] o conjunto das organizações privadas ou públicas que surgem, para fomentar a infra-estrutura e a expansão do núcleo, as campanhas de propaganda... [e ainda] os efeitos negativos ou positivos que se produzem nas populações receptoras"⁴ (Fuster, 1971: 32).

E, neste caso, para além dos turistas (que por meios de seus coletivos podem gerar consequências nos locais visitados a partir de suas viagens), as populações nos próprios lugares turísticos são também reconhecidas como vulneráveis a estes efeitos. Mas estas são ainda entendidas como "passivas" e como "vítimas" ou "beneficiárias" no processo.

Como motivações ao turismo, o documento "Recomendações sobre Estatísticas de Turismo" da OMT⁵ (OMT, 1993) identifica como preponderantes o lazer, recreação e férias, visitas a parentes e amigos, negócios e motivos profissionais, tratamentos de saúde, religião e peregrinações, entre outros. Embora esta interpretação tenha tido apenas o objetivo de auxiliar o planejamento, a promoção e a comercialização dos denominados produtos turísticos, principalmente no tocante à segmentação de mercado,

ela coloca em segundo plano a noção de lazer como pressuposto ao turismo.

O sentido de turismo relacionado a lazer e usufruto do tempo livre se consolida, como resultado das discussões durante a Conferência Internacional sobre Estatísticas e Viagens de Turismo, (Conferencia de Ottawa) organizada pela Organização Mundial do Turismo (OMT), em parceria com o governo do Canadá. Visando, principalmente, orientar as pesquisas estatísticas de turismo, este passa então a ser expresso, internacionalmente, como:

"...[a] soma de relações e de serviços resultantes de um câmbio de residência temporário e voluntário motivado por razões alheias a negócios ou profissionais" (De la Torre, citado por Barreto, 2003: 12).

Mas esta conceituação, em contraste com a proposta de Fuster (1971) e, embora oficial, expressa a clara tendência ao enfoque mercadológico e insiste em uma interpretação de turismo obsoleta diante dos movimentos globais inspirados nas discussões para o desenvolvimento sustentável, consolidadas a partir da Rio-92. Por outro lado, reforça o caráter não lucrativo da viagem, o que, por consequência, associa turismo a lazer, conforme discutido por Barretto (2003). Neste caso, ao reforçar o lazer como motivação central, imprime também à discussão as sutilezas psicossociais e as subjetividades envolvidas, elementos fundamentais para que se consolide a noção de turismo como fenômeno social contemporâneo e alternativa potencial para inclusão social.

E, como desdobramento das discussões sobre desenvolvimento sustentável da Rio-92, o Código Mundial de Ética para o Turismo (UNWTO, 1999)⁶, representou um importante avanço para fertilizar o campo do que viria a desdobrar na discussão ética sobre o turismo e seus rebatimentos no que se denomina "turismo sustentável". Este documento pretendeu chamar a atenção para a promoção de um "turismo responsável e sustentável" (UNWTO, 1999), considerando a complexidade do planejamento, gestão e legislação turísticos e orientar, eticamente, o processo, para além da perspectiva

⁴ Livre tradução das autoras. "...todo el equipo receptor de hoteles, agencias de viajes, transportes, espectáculos, guias [...] las organizaciones privadas o publicas que surgen para fomentar la infraestructura y la expansión del núcleo; las campañas ... también... los efectos negativos o positivos que se produce por el de estas poblaciones com las próximas." (Fuster, 1971: 32) Grifos das autoras.

⁵ Referencia ao documento original *The 1991 Ottawa Conference and the 1993 UNWTO Recommendations on Tourism Statistics: the first step*, World Tourism Organization [UNWTO], 1993.

⁶ Este documento se baseia em importantes tratados e declarações sobre direitos humanos (civis, econômicos, sociais e trabalhistas), viagens e turismo, proteção do patrimônio natural, cultural e conservação da diversidade biológica.

de mercado. Aprovado na Assembléia Geral da Organização Mundial do Turismo em Santiago do Chile, o Código Mundial de Ética para o Turismo⁷ foi estabelecido de modo a "... minimizar os efeitos negativos do turismo no meio ambiente e no patrimônio cultural, aumentando, simultaneamente, os benefícios para os residentes nos destinos turísticos" (UNWTO, 1999).

Os princípios expressos neste Código, no âmbito da OMT, representaram um real avanço na perspectiva conceitual, pois, como discute Irving (2002), mesmo ainda tratada como um tópico secundário em termos acadêmicos e operacionais, a perspectiva ética explícita no documento tem um significado relevante em planejamento turístico, uma vez que reflete a crise ética nas sociedades humanas. Sendo assim, a autora entende ser esta uma exigência em planejamento, bem como um suporte fundamental para se atingir os compromissos de desenvolvimento sustentável, uma vez que a negligência com relação a esta dimensão:

"...pode ter consequências sérias em se considerando a taxa de crescimento anual e o potencial da atividade [...] e também o grau de expectativa e impactos gerados para as comunidades a serem afetadas pelo processo" (Irving, *op cit*, 2002: 17).

Mas no plano das idas e vindas da discussão conceitual, mais tarde, reconhecendo uma tendência mundial para a ampliação do que deveria ser considerado turismo, a OMT incluiu em sua definição o chamado turismo de negócios, segmento até então não considerado como essencial nas definições convencionalmente adotadas pela instituição. Assim, em 2000, as recomendações da OMT foram revistas, atualizadas e compiladas no documento "Referências Básicas sobre Estatísticas de Turismo", redefinindo os termos *viagem*, *turismo*, *turista* e *excursionista*. Nesta nova perspectiva, a OMT passou a considerar turismo como um conjunto de atividades desenvolvidas por este grupo de "agentes" ou mais precisamente:

"... [aquelas] atividades das pessoas viajando e em sua estadia fora de seu ambiente usual, por não mais

de um ano consecutivo, por motivo de lazer, negócios e outros propósitos"⁸ (UNWTO, 2001: 11).

Mas apesar das limitações envolvidas nesta interpretação apresentada pela OMT e de toda a discussão deflagrada na Rio-92 sobre desenvolvimento sustentável e seus desdobramentos em turismo, expressos no Código Mundial de Ética para o Turismo, esta perspectiva clássica parece ter predominado em planejamento turístico, internacionalmente, até recentemente.

É também importante ressaltar que nesta permanente "tensão" entre ideologias, avanços e retrocessos na tentativa de balizamento conceitual sobre o turismo, alguns marcos contemporâneos tiveram grande influência nos direcionamentos posteriores.

E foi neste contexto que emergiu o conceito de "turismo sustentável", como desdobramento evidente da proposta de Desenvolvimento Sustentável explicitada no Relatório Brundtland (UNCED, 1987)⁹. E, embora à época não houvesse ainda um consenso sobre o seu significado (Swarbrooke, 2000), a Organização Mundial do Turismo reafirma, no pós Rio-92, os pressupostos do Código Mundial de Ética para o Turismo e a proposta de Ceballos Lascurain e

⁷ O Código Mundial de Ética para o Turismo é composto por dez sessões: Contribuição do Turismo para a compreensão e o respeito mútuo entre homens e sociedades; Turismo, instrumento de desenvolvimento individual e coletivo; Turismo, fator de desenvolvimento sustentável; Turismo, fator de aproveitamento e enriquecimento do Patrimônio Cultural da Humanidade; Turismo, atividade benéfica para os países e para as comunidades de destino; Obrigações dos agentes de desenvolvimento turístico; Direito do Turismo; Liberdade do deslocamento turístico; Direito dos trabalhadores e dos empresários da indústria turística; Aplicação dos princípios do Código Mundial de Ética do Turismo (OMT, 1999).

⁸ Livre tradução das autoras para: "*Tourism comprises the activities of persons traveling to and staying in places outside their usual environment for not more than one consecutive year for leisure, business and other purposes*" (United Nations World Tourism Organization - UNWTO, 2001).

⁹ Como alternativa ao modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico vigente, a Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED, 1987) apresentou, no documento "Nosso Futuro Comum" (conhecido como Relatório Brundtland) o conceito de desenvolvimento sustentável.

outros pesquisadores sobre o tema com o seguinte enunciado:

“O Turismo Sustentável satisfaz as necessidades dos turistas atuais e das regiões receptoras enquanto protege e aumenta oportunidades no futuro. [...] Aquele turismo ecologicamente suportável em longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais. Exige integração ao meio ambiente natural, cultural e humano, respeitando a frágil herança que caracteriza muitas destinações turísticas, em particular pequenas ilhas e áreas ambientalmente sensíveis” (UNWTO, 2006: 08)

E para Swarbrooke (2000), este entendimento, influenciado pelo conceito de desenvolvimento sustentável se inspirou também na percepção dos efeitos negativos crescentes e resultantes do turismo de massa que, por sua vez, interferiam também na atratividade dos diferentes “destinos turísticos”¹⁰.

Foi com esta preocupação que, em 2004, o Comitê para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo da OMT buscou também consolidar o conceito de turismo sustentável, até então mencionado Agenda 21 para Viagens e Turismo (WTO, 1996), também um importante desdobramento da Rio-92 para o turismo, mas que não apresentava uma definição de desenvolvimento turístico sustentável. O objetivo dessa iniciativa foi ampliar a discussão sobre a sustentabilidade no turismo, a partir dos resultados da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, realizada em Johannesburgo (África do Sul, em 2002), conhecida como Rio + 10. O conceito, então revisto pela OMT, enfatiza a importância do equilíbrio entre os aspectos ambientais, sociais e econômicos do turismo, face à necessidade de implementação de princípios sustentáveis em todos os seus segmentos, tendo em vista metas globais

de alívio à pobreza estabelecidas no contexto dos Objetivos do Milênio (ONU, 2000). Neste momento, o compromisso de inclusão social pelo turismo passa a ser reconhecido em diretrizes de planejamento.

Desse modo, a base conceitual adotada atualmente pela OMT propõe que as metas e práticas de gestão do turismo sustentável sejam aplicadas a todas as formas e tipologias de turismo, em todos os tipos de “destinação turística”. Os princípios de sustentabilidade adotados referem-se a aspectos ambientais, econômicos e sócio-culturais do turismo. A instituição considera, também, a necessidade de equilíbrio entre essas três dimensões para que se possa assegurar a sustentabilidade do turismo, em longo prazo (UNWTO, 2006).

Por esta via de entendimento, o turismo sustentável deveria, em tese:

- 1 - Promover o uso racional de recursos naturais que constituem um elemento chave no desenvolvimento turístico. Manter os processos ecológicos essenciais e ajudar a conservar o patrimônio ambiental e a biodiversidade;
- 2 - Respeitar a autenticidade sócio-cultural das comunidades receptoras, conservando seu patrimônio natural e construído e seus valores tradicionais. Contribuir para o entendimento e a tolerância intercultural;
- 3 - Assegurar operações em longo prazo que propiciem benefícios econômicos para todos os atores / participantes (stakeholders) e sejam distribuídos justamente, incluindo emprego estável, oportunidades de trabalho e serviços sociais para as comunidades receptoras. Contribuir para a eliminação de pobreza.

Nesse caso, ainda que não se apresente a dimensão política da participação cidadã nos processos de planejamento e gestão do turismo, o turismo sustentável não representa apenas um segmento ou categoria de turismo, mas uma concepção ética e estratégica fundamental e transversal em planejamento. E, sendo assim, independentemente do segmento ou da modalidade envolvida (turismo rural, ecoturis-

¹⁰ Terminologia amplamente utilizada em publicações sobre turismo que parece considerar os lugares turísticos como ambientes destituídos de uma dinâmica social própria, “sem alma”, apenas interessantes para *outsiders*.

mo, turismo cultural, turismo religioso, entre tantas outras), o compromisso da sustentabilidade deve representar uma diretriz de planejamento (Swarbrooke, 2000) que contemple também a vertente social envolvida. Sendo assim, nesta perspectiva de sustentabilidade o compromisso de inclusão social, ainda que não plenamente, por não destacar uma dimensão política de participação social, é claramente enunciado como fundamento.

Por esta razão, para se pensar “turismo inclusivo” como desafio futuro em planejamento turístico, não se pode prescindir de sua interpretação segundo os pressupostos de sustentabilidade e, ainda, compreender turismo conforme a perspectiva de Moesch (2000), para a qual este expressa uma combinação complexa de inter-relações entre produção e serviços e, em cuja composição, integram-se práticas sociais, base cultural, herança histórica e um ambiente diverso, no qual ocorrem relações sociais de hospitalidade e interculturalidade. Por esta via, turismo é também interpretado como fenômeno contemporâneo, movimento e processo e um amálgama indissociável entre natureza e cultura.

Com este pano de fundo e nesta incerteza teórica, emerge, na academia, o conceito de “turismo inclusivo”¹¹ no Brasil, percebido ainda como “conceito em construção” enunciado como “... modalidade de turismo econômica, ambiental e socialmente sustentável, conduzida como um projeto de governo para potencialização da inclusão social” (IVT-RJ, 2004). Este conceito reafirma os argumentos anteriormente explicitados, para os quais esta proposta representa um desdobramento natural, desenvolvido no contexto social brasileiro, do que se denominou até aqui como “turismo sustentável”. No entanto, ele inova quando estabelece, claramente, o compromisso governamental e uma dimensão política de participação social, em termos de prioridades estratégicas em políticas públicas e quando enfatiza “a potencialização da inclusão social” como fundamento. Não se pode também esquecer que esta priorização está em sintonia evidente com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio que estabelecem o combate

à pobreza como o principal compromisso global, até 2015 (ONU, 2000). Sendo assim, “turismo inclusivo”, conceitualmente, representa um caminho potencial para a redução da pobreza, em bases sustentáveis. E, mais do que isso, pode ser também interpretado como via de sensibilização para novas práticas socialmente justas, em turismo.

Mas alguns poderiam argumentar que o conceito de turismo sustentável já traz, em tese, este compromisso. Mas não se pode esquecer que o conceito de turismo sustentável partiu de uma discussão global que privilegiou, à época, as questões ambientais e de conservação da natureza. Além disso, muitos são os pesquisadores que acreditam que o termo “desenvolvimento sustentável”, e todas as suas derivações, está desgastado e foi banalizado, também por novas apropriações do mercado, que transformaram o prefixo “eco” em lugar comum. Da mesma forma, as questões sociais em planejamento turístico não foram ainda priorizadas na complexidade requerida diante do impacto do processo exclusivo em algumas regiões do mundo. E, não se pode esquecer que a Rio+20 buscará trazer à cena principal o binômio “economia verde e combate à pobreza” e, nesta, uma ressignificação do turismo é inevitável.

3. Turismo inclusivo: oportunidade de inovação conceitual em planejamento turístico?

Na concepção que se defende para turismo inclusivo, anteriormente discutida, este poderá representar uma inovação e influenciar políticas pú-

¹¹ O termo Turismo Inclusivo tem sido utilizado para se referir aos projetos de turismo relacionados aos princípios da universalidade e às tecnologias de acessibilidade para portadores de necessidades especiais e às estratégias para promover a inclusão de diversos grupos sociais, como turistas. Este ensaio adota este termo para uma definição mais ampla, relacionada à inclusão política e à participação democrática de todos os envolvidos no fenômeno turístico, principalmente as populações locais e, especialmente, as que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica e ambiental.

blicas e planejamento turístico, apenas se o sentido de inclusão social transcender o “lugar comum” dos textos oficiais, que insistem em considerar inclusão social como sinônimo de inclusão no mercado de consumo e aumento de renda via turismo. Esta leitura simplista e reducionista de um fenômeno complexo e de suas resultantes tem efeitos perversos que neutralizam qualquer esforço de mudança de mentalidade para o setor, com este objetivo. Além disso, ela tende a desviar o foco para questões periféricas e não para o que está no cerne do problema: a demanda por uma nova prática turística, ética e solidária. Por esta razão, se busca aqui desmistificar a armadilha da simplificação do binômio exclusão *versus* inclusão, como uma expressão matemática de fácil solução. Sob esta ótica simplificada, está velado um sentido perverso (Martins, 2003), de “falsas inclusões” ou “inclusões insatisfatórias” que inviabilizem a possibilidade de êxito de qualquer iniciativa genuína de turismo inclusivo, tanto como inspiração conceitual inovadora como prática cidadã. E, para antecipar qualquer possibilidade de distorção da tese aqui defendida, de que, mais do que uma referência conceitual, a noção de turismo inclusivo pode representar uma real possibilidade de inovação em planejamento turístico, parece fundamental que se balize o sentido de inclusão social que dá sustentação a esta proposta. Na verdade, inclusão social por esta via, tem que ser entendida em todas as dimensões associadas a uma vida digna, em sociedade. Neste caso, o processo inclusivo só poderá se efetivar quando orientado pelas perspectivas de inclusão política, econômica, por meio de trabalho, social, cultural, ambiental e simbólica, conforme discutido por Escorel (1997), Sancho (2007), Sancho e Irving (2010), Irving (2010) e Sancho e Irving (2011), entre outros pesquisadores. Sendo assim, a inclusão econômica por meio de trabalho e renda constitui apenas uma faceta do processo, mas, em hipótese alguma, o seu sinônimo. E, cada vez mais, em um mundo em crise, os valores que orientam o comportamento humano estão também em revisão, o que pode significar que o sentido de inclusão pelo

trabalho ou pela renda, por mais contraditório que possa parecer, pode não ser a prioridade de um determinado grupo em condição de vulnerabilidade social.

Mas para além da necessidade de ressignificação do sentido de inclusão social, a efetividade do turismo inclusivo como prática turística inovadora está também condicionada à filosofia e definição de prioridades na gestão pública. Não se pode advogar a prática do turismo inclusivo em um contexto de políticas públicas orientadas, prioritariamente, pelos interesses de mercado, centradas em uma filosofia neoliberal e, para as quais, as populações residentes de lugares turísticos são “receptoras” e não protagonistas dos processos. E, prioridade política envolve também orçamento e recursos humanos qualificados para a materialização do projeto.

Da mesma forma, não se pode imaginar o turismo como veículo de inclusão social quando pouco se conhece sobre a dinâmica socioeconômica e as subjetividades envolvidas, em uma determinada localidade turística. Isto porque o sentido de inclusão é também subjetivo e culturalmente condicionado.

Outra lacuna potencial para o estabelecimento de práticas de turismo inclusivo é também a inexistência de uma cultura institucional de avaliação de processo que possa balizar avanços e retrocessos em planejamentos turísticos inspirados por este enfoque. Para tal, seriam necessários indicadores, diretos ou indiretos, capazes de traduzir o processo de desenvolvimento turístico que se pretende inclusivo. Mas aí surge também outro problema: como avaliar “indicadores” de inclusão social, considerando a dimensão simbólica do processo que se pretende inclusivo? E, considerando as premissas de inclusão social aqui adotadas, não se pode prescindir também, em planejamento, de um outro olhar para os grupos humanos que residem nos lugares turísticos e para os próprios turistas que, nesta perspectiva, são considerados agentes de transformação e não autômatos tele guiados pelos desejos do mercado.

Por todas estas razões, o turismo inclusivo pode ser sim um conceito balizador e inspirador de novas

práticas em planejamento turístico, na medida em que considere inclusão social como uma demanda da sociedade em diversas vertentes e não mais como uma resposta fácil e automatizada para neutralizar a efervescência do mercado. E, além disso, nesta proposta, inclusão social é processo, e processo implica movimento. Por esta via, a noção de turismo inclusivo não representa apenas mais um rótulo em substituição ao conceito de turismo sustentável. Significa sim uma inovação conceitual que exige de governos prioridade política para a questão social e que implica mudança de comportamento e atitude ética. Mas mais do que inovação conceitual, a noção de turismo inclusivo, nos moldes defendidos, pode representar um balizamento e uma inspiração para práticas sustentáveis em turismo.

Referências Bibliográficas

- Barretto, M., 2003, *Manual de iniciação ao estudo do turismo*, 13 ed., Papirus, Campinas: São Paulo.
- Camargo, H. L., 2003, Fundamentos multidisciplinares do turismo: História, in Trigo, L. G. G. (org.), *Turismo: Como aprender, Como Ensinar*, 3 ed., SENAC, São Paulo.
- Escorel, S., 1997, *Clarificando os conceitos: desigualdade, pobreza, marginalidade, exclusão. O que significa exclusão social?* (mimeo), pp. 28.
- Fundação Getúlio Vargas, 2005, *A Liga das Nações*, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea – CPDOC, FGV/CPDOC, [http://www.cpdoc.fgv.br/ /html/], (Site acessado em 28 de dezembro de 2011).
- Fuster, L. F., 1991, *Teoría y Técnica del Turismo*, 2 ed., Nacional, San Augustin, Madrid.
- Ignarra, L. R., 2003, *Fundamentos do Turismo*. 2 ed., Thomson, São Paulo.
- Instituto Virtual do Turismo [IVT – RJ], 2004, Programa de Promoção do Turismo Inclusivo na Ilha Grande – RJ, *Caderno Virtual de Turismo*, N.º12, ISSN 1677-6976.
- Irving, M. A., 2010, Áreas protegidas e inclusão social: uma equação possível em políticas públicas de proteção da natureza no Brasil?, *Revista Sinais Sociais*, Vol. 4(12), pp. 122-147.
- Irving, M., 2002. Turismo, Ética e Educação Ambiental: novos paradigmas em planejamento, in Irving, M. A. e Azevedo, J., 2002, *Turismo: o desafio da sustentabilidade*, Futura, São Paulo.
- Martins, J. S., 2003, *A Sociedade Vista do Abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*, 2 ed., Vozes, Petrópolis.
- Ministério do Turismo, 2010a, *Dados do Turismo Brasileiro 2010*, [http://www.turismo.gov.br/], (Site acessado em 28 de dezembro de 2011).
- Ministério do Turismo, 2010b, *Documento Referencial Turismo no Brasil 2011-2014*, [http://www.turismo.gov.br/], (Site acessado em 28 de dezembro de 2011).
- Ministério do Turismo, 2011, *Estudo de Demanda Internacional no Brasil*, [http://www.turismo.gov.br/], (Site acessado em 28 de dezembro de 2011).
- Moesch, M., 2000, *A Produção do Saber Turístico*, Contexto, São Paulo.
- Organización Mundial del Turismo [OMT], 1993, *Recommendations on Tourism Statistics*, Organización Mundial del Turismo, Madrid.
- Organización Mundial del Turismo [OMT], 1998, *Introducción al Turismo*, 1 ed., Organización Mundial del Turismo, Madrid.
- Organização das Nações Unidas [ONU], 2000, *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Nações Unidas no Brasil*, [http://www.onu.org.br/], (Site acessado em 30 de abril de 2012).
- Sancho, A., 2007, *Turismo: uma alternativa de Inclusão Social? Uma reflexão sobre as Políticas Públicas de Turismo no Brasil*, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Sancho, A., e Irving, M. A., 2011, Interpretando tendências para a inclusão social no Plano Nacional de Turismo 2007/2010, *Geografias (UFMG)*, Vol. 7, pp. 23-33.
- Sancho, A., e Irving, M. A., 2010, Interpretando o Plano Nacional de Turismo 2003/2007 sob a ótica da Inclusão Social, *Caderno Virtual de Turismo (UFRJ)*, Vol.10, pp. 103-120.
- Swarbrooke, J., 2000, *Turismo Sustentável: conceitos e impacto ambiental*, Vol. 1, 2 ed., Aleph, São Paulo.
- UNCED, 1987, *Our Common Future: Report of the World Commission on Environment and Development*, World Commission on Environment and Development, [www.un-documents.net/wced-ocf.htm], (Site acessado em 30 de abril de 2012).
- World Tourism Organization [UNWTO], 2006, *UNTWO NEWS Magazine*, [http://unwto.org/], (Site acessado em 28 de dezembro de 2012).
- World Tourism Organization [UNWTO], 2011, *Facts and Figures*, [http://unwto.org/], (Site acessado em 30 de abril de 2012).
- World Tourism Organization [UNWTO], 1993, *The 1991 Ottawa Conference and the 1993 UN/WTO Recommendations on Tourism Statistics: the first step*, [http://www.unwto.org/statistics/], (Site acessado em 28 de dezembro de 2012).
- World Tourism Organization [UNWTO], 1996, *Agenda 21 for the Travel and Tourism Industry*, [http://unwto.org/], (Site acessado em 28 de dezembro de 2012).
- World Tourism Organization [UNWTO], 1999, *Código Mundial de Ética para Turismo*, World Tourism Organization, Santiago do Chile.
- World Tourism Organization [UNWTO], 2001, *The Tourism Satellite Account (TSA): Past, Present and Future Developments – Part II*, [http://unwto.org/statistics/tsa/historical/part_ii.pdf], (Site acessado em 30 de abril de 2012).
- World Travel and Tourism Council [WTTTC], 2007, [www.wttc.org/eng/.../2007_WTTC_UK_Event/], (Site acessado em 10 de março de 2012).